



XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea

Florianópolis | Santa Catarina | Brasil
25, 26 e 27 de novembro de 2019
ISBN: 978-85-68618-07-3



DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Marialva Moog Pinto

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE
marialvamoog@hotmail.com

Sonia Maria Ribeiro

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE
soniaproesa@gmail.com

RESUMO

O estudo, é um recorte da pesquisa “*Tendencias en la matrícula de la educación superior en países del Mercosur: análisis de variables específicas a partir de los primeros años del siglo XXI - 2018-2020*”, que se desenvolve em parceria com a *Universidad Nacional de Villa Maria* (Argentina) e países do Mercosul expandido. O objetivo é analisar a democratização do acesso na educação superior (ES) a partir da ampliação das Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil, bem como das matrículas efetivadas, relacionando com a demanda de estudantes de 18 a 24 anos no Brasil, no período de 2003 a 2016. A metodologia apresenta uma análise documental que toma o banco de dados do Inep e o Censo da ES, organizando os dados coletados em gráficos, para análise das matrículas nas IES públicas e privadas e nos cursos Presenciais e a Distância. Foi notório tanto o aumento como a diminuição dessa oferta, impossibilitando que o Brasil avance na democratização do acesso à ES. O retrocesso percebido, evidencia a necessidade de resistir as políticas que impedem o investimento na educação, criando obstáculo e resistência.

Palavras-chave: Democratização do acesso. Educação Superior. Políticas Educacionais. Resistência

Introdução

O texto que se apresenta é um recorte da pesquisa que vem se desenvolvendo em parceria com a *Universidad Nacional de Villa Maria* (Argentina) na qual participam países da América Latina, mais especificamente países do Mercosul expandido. A pesquisa intitulada “*Tendencias en la matrícula de la educación superior en países del Mercosur: análisis de variables específicas a partir de los primeros años del siglo XXI*” é mantida pelo Núcleo de Estudos Internacionais sobre Educação Superior (NEIES) e objetiva estudar a evolução e as características segundo variáveis disponíveis, das matrículas na educação superior universitária dos países participantes, a luz das políticas nacionais de democratização do acesso na educação superior, a partir do ano 2000.

A referida pesquisa teve início em 2018, sendo representada no Brasil pela UNIVILLE (Joinville-SC) e pelo IFES (Fortaleza-CE), participam também pesquisadores da Argentina (*Universidad Nacional de La Rioja, Universidad Nacional del Nordeste*), Uruguai (*Universidad de la Republica del Uruguay*), Chile (*Universidad Valparaíso*), Paraguai (*Universidad Autónoma de Encarnación e Universidad Nacional de Pilar*), Colômbia (*Universidad de Manizales*).

O principal objetivo deste recorte é analisar a democratização do acesso na educação superior a partir da ampliação das Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil, bem como das matrículas efetivadas, relacionando com a demanda de estudantes de 18 a 24 anos no Brasil, no período de 2003 a 2016.

Metodologia

O presente estudo trata-se de uma análise documental que toma o banco de dados do Inep como *locus* para a coleta dos dados para posterior análise. Acessando o Censo da Educação Superior/Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação, no período de 2003 a 2016. Justifica-se este período uma vez que não há dados disponíveis para os anos de 2017 e 2018 até o momento de realização desta pesquisa. A partir do levantamento dos dados buscou-se analisar a possível ampliação de IES, por considerar-se que esse aumento resultaria na ampliação de vagas para o público na faixa etária de 18 a 24 anos. Após levantamento quantitativo dos dados disponíveis, buscou-se saber no período analisado, o número de matrículas efetivas tanto nas IES públicas como privadas, bem como nos cursos Presenciais e a Distância.

A organização dos dados em gráficos possibilitou, também, uma melhor análise qualitativa do investimento político-educativo realizado pelos governos federais nas últimas duas décadas.

Educação Superior no Brasil e a tentativa incipiente de Democratizar o Acesso

É inegável a expansão pela qual tem passado a educação superior no Brasil, com o fim do governo militar (1964 -1985). Esse processo teve início no mandato do Presidente representado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que governou por dois mandatos consecutivos (1995 a 1998 – 1999 a 2003) realizando investimentos tanto no campo das políticas como nas reformas educacionais. Tendo em vista que naquele período o Brasil apresentava altas taxas de analfabetismo, baixas taxas de escolarização em todos os níveis de ensino, falta de qualificação da força de trabalho para o desenvolvimento econômico e a transição de uma política instável entre as décadas de 80 e 90, obrigaram o Banco Mundial (BM) a agir nos âmbitos da política com o fim de realizar reformas educacionais sem aumentar gastos públicos.

A partir do Governo Federal representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (2003 a 2006 - 2007 a 2011) e após outra Presidente do mesmo partido (2011 a 2014 – 2015 a 2016) assistimos um aumento significativo de investimentos para a expansão no número de instituições educativas e conseqüentemente no aumento de vagas oferecidas aos estudantes nos mais diferentes níveis de ensino, dentre eles a educação superior. Neste processo, com o avanço do movimento neoliberal e um discurso político que visa abarcar o ideal de um país que almeja uma educação democrática e para todos, verifica-se um aumento de instituições predominantemente privadas, o que potencializou desde 2008, a modalidade da educação a distância.

A potencialização do processo de mercantilização da educação instigou que pesquisadores investissem esforços na compreensão do campo de conhecimento denominado políticas públicas, talvez em decorrência da adoção de vários tipos de políticas das quais os governos dos países em desenvolvimento foram lançando mão a fim de controlar gastos e efetuar ajustes fiscais, culminando em um novo modelo de governo cujo objetivo seria alcançar equilíbrio entre receitas e despesas, restringindo a atuação do Estado na economia e nas políticas sociais.

No que diz respeito a educação superior, sobretudo a partir da década de 90, sob a influência constante de organismos internacionais e da internacionalização neste nível de ensino, o Brasil passou a comercializar serviços educacionais e aos poucos este deixa de ser compreendido como dever exclusivo do Estado, passando a ser concebido como um serviço, uma mercadoria, perdendo seu caráter público. Diante a inação do Estado em gerenciar a educação superior pública o país passou a ver proliferar as IES privadas e, ainda, a privatização interna do ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas. (PAULA, 2009)

A política neoliberal do Estado para as universidades brasileiras, aprofundada pelos Governos Federais dos partidos, Partido da Reconstrução Nacional (PRN) (1990-1992) e do PSDB (1995-2003), apresentou como características o pouco investimento no campo da pesquisa científica e tecnológica e um abandono em relação ao ensino universitário público, sobretudo de graduação, base da formação superior. Paradoxalmente, verificou-se uma crescente intervenção do Estado e do MEC nas universidades, via sistema de avaliação e outras medidas autoritárias, ferindo a autonomia das instituições universitárias, inscrita no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. (PAULA, 2009)

No âmbito da educação superior, influenciada por uma agenda internacional, as reformas educacionais foram sistematicamente orientadas por diagnósticos apresentados e delineados pelo BM. O Governo Federal representado pelo PSDB, a partir de 1995, em seu Plano Decenal para a Educação, escolheu metas pontuais como por exemplo a descentralização da administração das verbas federais, elaboração de currículo básico nacional, educação a distância, avaliação nacional das escolas, incentivo a formação de professores, qualidade para os livros didáticos, entre outras. Essa política educacional, segundo Libâneo (2017), perpassou seus dois mandatos incluindo pequenas alterações e aprovação pelo Congresso Nacional do Plano Nacional de Educação (2001-2010), no segundo mandato.

Já o Governo Federal representante do PT, no primeiro mandato (2003-2006) acrescentou às políticas educacionais, formuladas anteriormente, programas que objetivavam ampliar o acesso democrático da população de 18 a 24 anos à educação superior, destacando-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a rede federal de educação tecnológica. (LIBÂNEO, 2017)

De uma forma geral todas essas ações ocorridas nos dois governos do PT (2003 a 2006 e 2007 a 2011) acompanharam a tendência internacional de alinhamento à política econômica neoliberal e às orientações dos organismos financeiros internacionais.

No Brasil, as políticas de ampliação de vagas na educação superior, além de ampliar o acesso de jovens na busca por uma melhor qualificação profissional, deixou de ser uma educação marcada pela condição de espaço público para uma diversificação destas instituições, caracterizando-se em um conjunto de instituições heterogêneas, universitárias e não universitárias, públicas e privadas e as privadas sem fins lucrativos, de mantenedoras religiosas e laicas, de elites e aquelas beneficiadas pelas políticas de inclusão social, profissionalizantes e de pesquisa.

Segundo Mollis (2008, p. 514):

esta diversificação produziu dois subsistemas desarticulados entre si, com significativas superposições quanto aos títulos e diplomas oferecidos no nível universitário e não universitário e uma fragmentação visível no conjunto do sistema. Esta situação se produziu como consequência de políticas educativas fragmentadas e implementadas por distintos governos, em função de interesses, projetos políticos e modelos econômicos diferentes para a educação.

Diante deste cenário, a almejada equidade na educação é muitas vezes associada à igualdade de oportunidades no acesso aos recursos educacionais, independente da origem socioeconômica, sexo ou etnia. O Brasil vem aplicando políticas públicas (ações afirmativas) de cotas para o ingresso em universidades públicas e financiamento estudantil nas privadas como os programas Reuni¹, Prouni² e bolsas para estudantes de baixa renda. Essas ações em prol da democratização do acesso, tem sido reconhecidas e citadas no exterior, pois segundo Serpa & Falcón (2019, p.295 *apud* FELICETTI; CABRERA, 2017; HERNANDES, 2017; POLI, 2018) “*como ejemplo de ello en esta región se puede mencionar que en el caso de la educación superior en Brasil se han dado pasos para atender las cuestiones de ampliar el acceso, la democratización, y la equidad en cuanto a la raza y al género*”.

Numa tentativa de ampliar ainda mais a democratização do acesso a ES, por meio do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, foi autorizado a elaboração de cursos na modalidade a Distância sem que as IES ofereçam o mesmo curso na modalidade Presencial, situação obrigatória até essa data. Essa iniciativa agrada fortemente as empresas que investem na ES,

¹ A expansão da ES conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que busca ampliar o acesso e a permanência na ES. A meta foi dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão (BRASIL,2019).

² É um programa do MEC, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ES, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Podem participar: Estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais da própria escola; Estudantes com deficiência; Professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrantes de quadro de pessoal permanente de instituição pública. Nesse caso, não é necessário comprovar renda. Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa (BRASIL,2019).

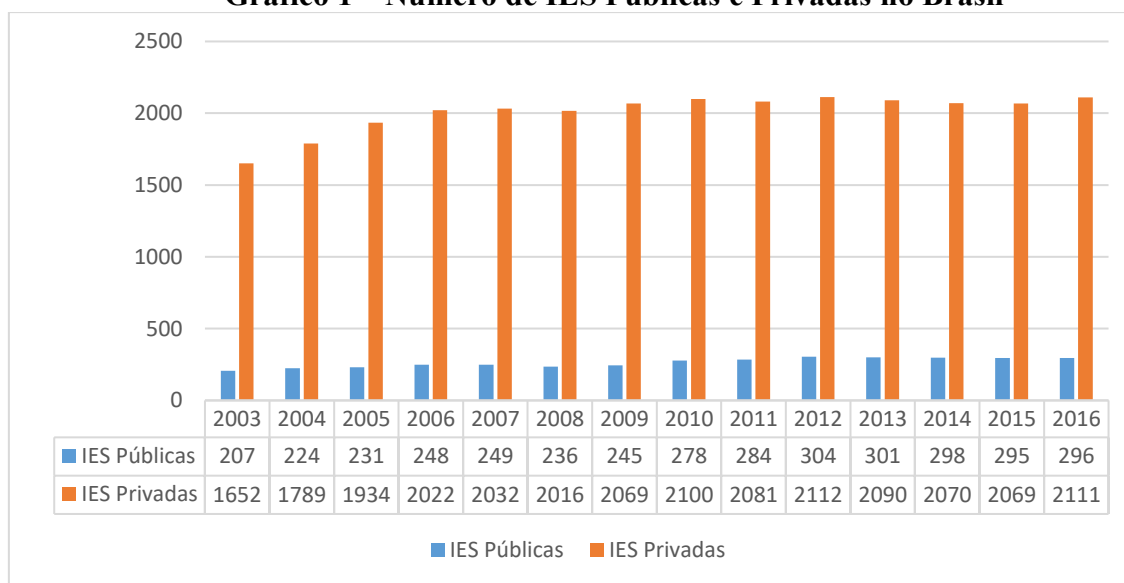
por se certificarem de que estas são um mercado lucrativo. A partir das facilidades criadas pelo decreto as empresas, algumas destas com capital internacional, voltaram seu interesse para o Brasil.

A partir deste panorama de intensificação do interesse pela ES nos âmbitos econômico e social, esse estudo questiona se: os investimentos realizados, ampliaram o acesso da população jovem na ES? Esses investimentos repercutiram na qualidade educativa da ES?

O que mostram os dados

O estudo apresenta a seguir parte dos dados coletados no banco de dados do INEP, com um recorte no período de 2003 a 2016, com foco nas seguintes sinopses estatísticas da educação superior: 1.1-Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES; 5.1-Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES; 7.6-Matrículas dos Cursos de Graduação a Distância, por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa das IES, segundo as Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos – Brasil.

Gráfico 1 – Número de IES Públicas e Privadas no Brasil



Fonte: Inep (2019). Gráfico elaborado pelas autoras em abril de 2019.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, representante do PSDB, findou seu mandato em 1 de janeiro de 2003. A partir dessa data, até o dia 01 de janeiro de 2011, o país foi governado pelo Presidente representante do PT, Luiz Inácio Lula da Silva e sendo substituído pela Presidente Dilma Rousseff representando o mesmo partido, nessa data até 31 de agosto de 2016, quando seu mandato foi interrompido por um processo de impeachment. No período de 2003 a 2012, houve um crescimento quanto ao número de IES públicas passando de 207 para 304, significando 123 novas instituições públicas. No entanto, observa-se que a partir de 2013, no governo da Presidente do PT, há uma queda no número de IES de 304 baixou para 296, um total de 8 instituições públicas foram encerradas. Este dado reforça o fato do Governo Federal não conseguir atender a demanda que aumentou nos últimos anos, fazendo com que muitos jovens buscassem as instituições privadas.

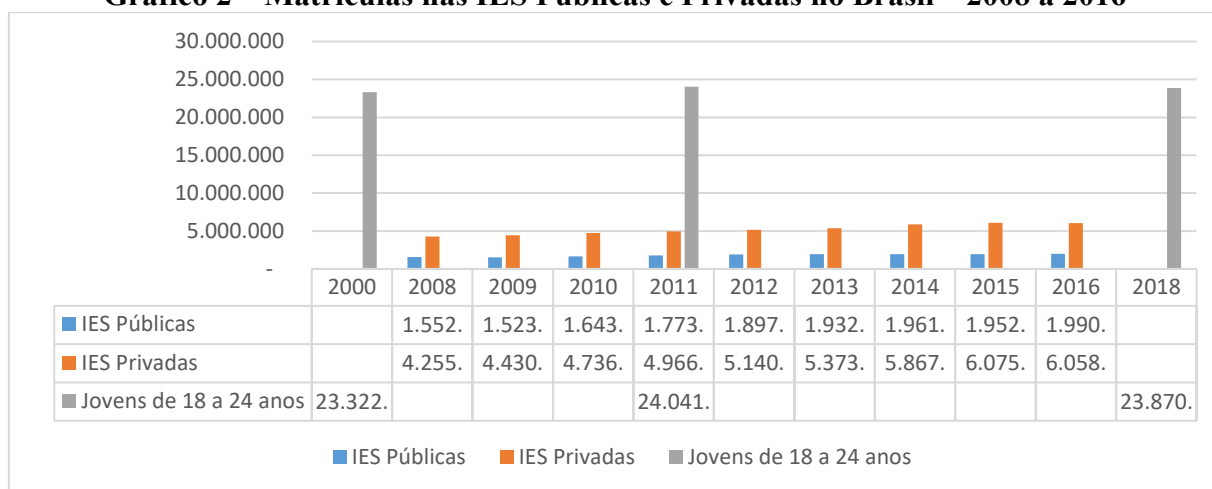
Quando analisa-se as IES privadas verifica-se entre os anos de 2003 a 2010 uma expansão significativa com um aumento de 448 novas instituições. No entanto, de 2011 a 2016 observa-se uma oscilação constante no número IES, situação essa, que embora não seja possível afirmar, nesse momento, os motivos, considera-se a possibilidade da influência das fusões e absorções das pequenas instituições pelas grandes corporações, fortalecendo ainda mais os grandes conglomerados ou *holdings*.

Isso vem ocorrendo por meio de reestruturação operacional, seja pela aquisição de instituições de porte médio ou pequeno em dificuldades financeiras, seja por meio de fusões de capital, cuja cooperação permite ganhos de escala e maior fatia de mercado, bem como novos nichos de mercado geográficos e vantagens pelo crescimento do número de alunos e de cursos já autorizados pelo MEC (CARVALHO, 2013, p.768).

O investimento em novas instituições de Educação Superior foram significativos nos mandatos dos presidentes representantes do PT, havendo uma ampliação de 123 IES públicas e 459 IES privadas, num total de 582 novas instituições.

Sabe-se que esse número é ineficiente, quando nos debruçamos sobre a demanda de jovens de 18 a 24 anos, como está representado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Matrículas nas IES Públicas e Privadas no Brasil – 2008 a 2016



Fonte: Inep (2019). Gráfico elaborado pelas autoras em abril de 2019.

No gráfico 2 nota-se que embora tenha havido um investimento quanto a ampliação no número das IES no Brasil, se analisarmos em relação a demanda, percebe-se que o país está atendendo somente 33,71% dos jovens em idade de 18 a 24 anos, quando considerados os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (IBGE, 2019)

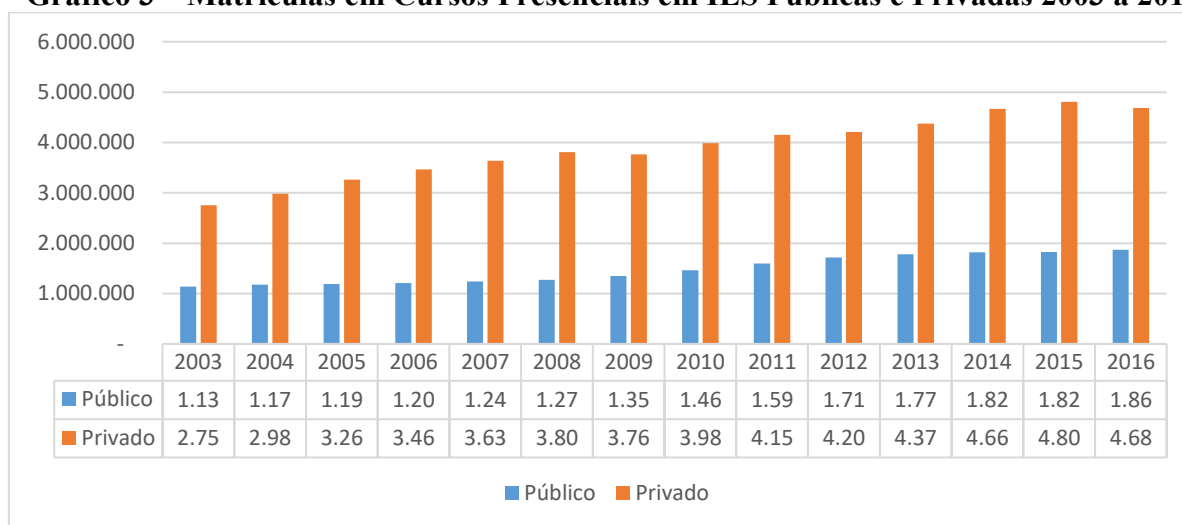
Se as 2.407 IES existentes no momento, atendem uma demanda de 8.048.701 estudantes, para uma população de 23.870.718 jovens, na faixa etária de 18 a 24 anos, o país precisaria ampliar em 66% suas instituições, passando de 2.407 IES para 7.138, quando analisamos nessa perspectiva de cursos presenciais e a distância.

Nota-se também, que há uma significativa parcela da população de jovens de 18 a 24 anos, mais de 66%, sem acesso à Educação Superior, mesmo sendo este um bem público. Vale destacar que os esforços realizados pelos governos brasileiros, desde 2003, o país não

tem conseguido sequer alcançar 50% da demanda, conforme prevê a Meta 12 do PNE (2014). Considerando o número de matrículas no gráfico 2, pode-se observar que nos anos 2000 haviam 23.322.650 jovens para uma oferta de menos de 3 milhões de vagas. Já em 2011, com 24.041.540, as matrículas ocuparam 6.739.000 milhões de vagas. Mesmo tendo havido um aumento no número de vagas nos anos subsequentes, estas não conseguem atender o contingente de jovens que veem na educação superior a possibilidade de ascensão e mobilidade social.

A seguir os gráficos 3 e 4 nos auxiliam na análise das matrículas de estudantes na educação superior desde 2003, quando iniciou um maior investimento nas ampliações das IES e consequentemente nas vagas até 2016, período em que os dados do INEP encontram-se disponíveis.

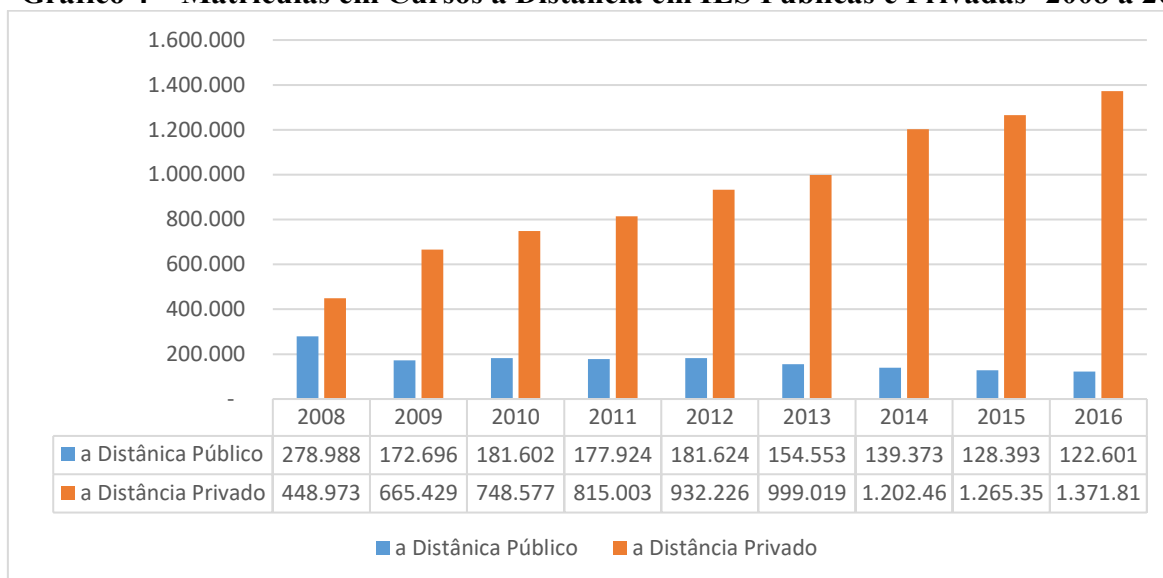
Gráfico 3 – Matrículas em Cursos Presenciais em IES Públicas e Privadas 2003 a 2016



Fonte: Inep (2019). Gráfico elaborado pelas autoras em abril de 2019.

No gráfico 3, podemos verificar que de 2003 a 2016 nas IES públicas, houve um aumento de 731.107 mil matrículas, e nesse mesmo período nas IES privadas, um aumento de 1.936.154 de matrículas, havendo, então, um aumento de 2.667.261 matrículas no período. Desta forma, as matrículas totalizam 6.554.283 milhões em 2016. .

Gráfico 4 – Matrículas em Cursos a Distância em IES Públicas e Privadas -2008 a 2016

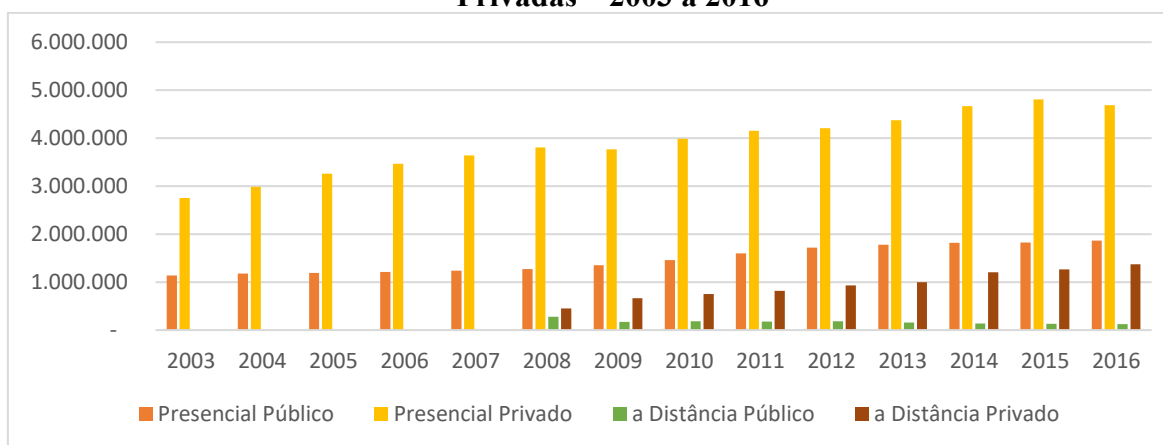


Fonte: Inep (2019). Gráfico elaborado pelas autoras em abril de 2019.

O gráfico 4, evidencia como vem ocorrendo o desenvolvimento da Educação Superior a Distância. Pode-se verificar uma diminuição nas matrículas nas IES públicas que em 2008 contavam com 278.988 matrículas regredindo para 122.601, estes dados representam uma diminuição significativa de 156.387 matrículas, ou seja 56% no período.

No entanto, é indiscutível o aumento das matrículas nos cursos a Distância após a regulamentação da oferta desta modalidade de ensino em 2008, quando foram autorizados os cursos a Distância. Foram 922.844 novas matrículas, sendo 448.973, em 2008, nas instituições privadas, passaram para 1.371.817 em 2016, representando 305% de aumento.

Gráfico 5 – Matrículas em Cursos Presenciais e a Distância em IES Públicas e Privadas – 2003 a 2016



Fonte: Inep (2019). Gráfico elaborado pelas autoras em abril de 2019.

O gráfico 5 nos possibilita uma reflexão dos percentuais de matrículas realizadas nas modalidades presencial e a distância nas instituições públicas e privadas. Verifica-se que em 2008 quando foram autorizados os cursos a distância não houve uma queda no número de matrículas na modalidade presencial, público e privado. Em 2009, verifica-se uma diminuição nos cursos presenciais privados, em contrapartida, um aumento de

matrículas nos cursos a distância nas instituições privadas, além de que as matrículas nos cursos nas modalidades a distância nas instituições públicas apresentam uma diminuição de 56% neste período.

Estes dados são provocativos, uma vez que tem havido uma crescente nas matrículas nos cursos a distância privado acompanhando a tendência da modalidade presencial, ou seja, a educação privada constituída numa perspectiva neoliberal vem avançando significativamente, impactando cada vez mais numa educação que acompanha a lógica da mercantilização. Outra provocação refere-se ao fato de que mesmo com as ampliações de matrículas tanto nas IES públicas quanto nas IES privadas, presencial ou a distância, estas são incipientes quanto ao atendimento de todos que desejam aceder a Educação Superior.

Embora as matrículas nos cursos a Distância tenham tido um crescimento maior do que as matrículas nos cursos Presenciais, os mesmos ainda não superaram as matrículas Presenciais, já que esse processo iniciou recentemente.

Assim, verifica-se que ao serem autorizados os cursos a Distância em 2008, esses representam 22,80% do total das matrículas realizadas na modalidade presencial. Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) apresentou as 20 Metas que são a exigência constitucional com prazo de dez anos para serem cumpridas.

A Meta 12 (BRASIL, 2018), exige “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”.

Desta forma, como estratégia para atingir a Meta 12, o MEC lança o Decreto n.º 9.057/2017, visando ampliar a oferta e o acesso nos cursos superiores no País. O ministro da Educação regulamentou novas regras para a educação a Distância e, a partir do Decreto, as IES puderam ampliar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* a Distância.

O artigo 1.º diz:

[...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

O Decreto permite ainda a criação de polos pelas próprias IES e o credenciamento das IES sem a oferta simultânea do curso presencial. Essas atualizações legislativas visam à ampliação do índice de jovens na educação superior brasileira, que em 2018 chega somente a 20%, considerando-se que o Brasil possui 207,7 milhões de habitantes e sua demanda para o ES é superior a 18 milhões de jovens.

Considerações Finais

Tendo analisado o panorama da Educação Superior atual, na perspectiva quantitativa para saber quantas IES estão disponíveis no Brasil para atender a demanda de jovens de 18 a 24 anos, bem como as matrículas geradas nessas mesmas instituições, evidencia-se uma realidade preocupante.

Sabe-se que a Educação Superior é o lócus onde são preparadas as futuras gerações de profissionais, cidadãos reflexivos e atuantes para a vida em sociedade, que buscarão alternativas para um mundo mais justo e melhor. Essa pesquisa, evidencia uma diminuição do interesse do Estado em aumentar o investimento nessa área. Evidenciamos ainda, uma

defasagem entre as matrículas e a demanda, também evidencia desde 2011 uma diminuição tanto de instituições quanto de matrículas, sem haver em contra partida, uma diminuição da demanda.

Essa realidade se naturaliza uma vez que as políticas educativas e conseqüentemente o investimento na Educação Superior não são prioridade do atual Governo Federal do Presidente representante do Partido Social Liberal (PSL), deixando a cargo das empresas privadas, essa iniciativa. Vivemos um momento crítico, em que, estamos assistindo a um retrocesso de anos de conquistas em todas as áreas sociais. Resistir é preciso! Kotter (1995) sugere que a resistência é um obstáculo na estrutura da organização que impede a mudança. Segundo Mascarenhas (2018, s/p) “a inesgotável capacidade da máquina capitalista de se renovar, de operar como superfície de registro, conformação e controle das práticas subversivas coloca a todo o tempo o risco de esvaziamento das resistências” (MASCARENHAS, 2018, s/p).

As iniciativas do atual governo, contemplam fortemente as empresas de ES que visam lucro, a partir das facilidades criadas para as empresas internacionais, para alocar-se no país. Em especial, um país com uma demanda significativa de jovens, que não dá conta dessa mesma demanda, e que tem no “Diploma da Educação Superior” uma valorização que não ocorre nos países europeus, por exemplo.

Referência

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm> Acesso em: 3 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação. *Programa Universidade para todos*. Disponível em : <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 mar.2019.

_____. *Plano Nacional de Educação 2014*. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/programasmetas>>. Acesso em: 16 set. 2018.

CARVALHO, C. H. A. *A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas*. Rev. Bras. Educ. [online]. 2013, vol.18, n.54, pp.761-776. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782013000300013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 mar. 2019.

CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas*. Editora Saraiva. 2ª ed. São Paulo. 2005.

CONNER, D. R. *Gerenciando na velocidade da mudança: como gerentes resilientes são bem sucedidos e prosperam onde outros fracassam*. Tradução Andréia Alves, Rio de Janeiro: Infobook, 1995.

CORRÊA, A. C. e outros. *Resistência a Mudança na Educação Superior: Design e Operacionalização de instrumentos de medida para o MEES*. Revista GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 55-78, abr. 2013.

FELICETTI, V. L.; CABRERA, A. F. *Percurso na educação superior: o ProUni em foco*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 308-29, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362017002501056>

HERNANDES, P. R. *A universidade aberta do Brasil e a democratização do ensino superior público*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 283-307, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362017002500777>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Distribuição da População por Sexo segundo os grupos de idade – Brasil – 2010*. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/populacao-por-sexo-e-grupo-de-idade-2010.html>. Acesso em: 28 mar. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *1.1 – Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2003 a 2016*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-daeducacao-superior>. Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. *5.1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2003 a 2016*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. *7.6 - Matrículas dos Cursos de Graduação a Distância, por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa das IES, segundo as Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos - Brasil – 2003 a 2016*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 28 mar. 2019.

KOTTER, J. P. *Leading change: why transformation efforts fail*. Harvard Business Review, Boston, v. 73, n. 2, p. 59-67, Mar.1995.

KOTTER, J. P., & SCHLESINGER, L. A. *Choosing strategies for change*. Harvard Business Review, Boston, v. 57, n. 2, p. 106-113, Mar/Apr 1979.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. Livro eletrônico. 1ed.- São Paulo: Cortez, 2017.

MASCARENHAS, L. B. *Biopolítica, Educação e Resistência na Contemporaneidade*. Educação e Realidade. vol.43 n.4. Porto Alegre. Oct./Dec. 2018 Epub Oct 08, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362018000401537&lang=pt Acesso em: 08 jun. 2019.

MOLLIS, M. *Las reformas de la educación superior en Argentina para el nuevo milenio*. Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v.13, n. 2, p.509-532, jul. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n2/12.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018.

PAULA, M. de F. *A formação universitária no Brasil: concepções e influências*. Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, vol.14, n.1, p.71-84, mar.2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a05v14n1.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

POLI, M. *Democratizing the access to college education: brazilian race/color classification in affirmative action's debate*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 595-618, 2018. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002601768>

ROBBINS, S. P. *Comportamento organizacional*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SERPA, G. R.; FALCÓN, A. L. *Masificación, equidad, educación superior: la universalización de la educación superior cubana*. Revista Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.27, n.103, p. 291-316, abr./jun. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v27n103/1809-4465-ensaio-S0104-40362019002701783.pdf> Acesso em: 08 jun. 2019.

TAYLOR, R. E. *Reducing Resistance to New Marketing Strategies*. Business Forum, vol.13, n. 2, 1988.